Os desafios de consolidar uma política estudantil analisados a partir da experiência da UFRJ

Telma Fernandes Barrionuevo Gil

Políticas Estudantis — finalidades e questionamentos

Serviços fazem parte do desenvolvimento das políticas, mas não traduzem a dimensão de uma proposta que tem finalidade de dar sustentação a ações originadas pela proposição de assistência, ademais, constituída de outras áreas de benefícios e atividades dirigidos aos estudantes de graduação em uma das maiores Universidades do país. É o que indica a criação da Superintendência de Políticas Estudantis – SuperEst, na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, órgão ainda em busca de sua maturidade institucional que não intenciona responder a uma realidade nacional, mas que a ela pode direcionar diversas contribuições.

As políticas de Estado, ligadas à Democratização do acesso ao Ensino Superior e à ampliação do sistema federal de Ensino Superior, trouxeram novas realidades e a instituição, nos últimos anos, vem conseguindo se adequar às novas necessidades diante das demandas da sociedade e do Estado: estão sendo ampliadas as vagas, estão sendo criados novos cursos e há uma atenção especial para a ampliação dos cursos e vagas noturnos. A cidade universitária da Ilha do Fundão, historicamente um "calcanhar de Aquiles" para a instituição, está tendo sua ocupação retomada a partir da reconfiguração de um novo plano Diretor (OLIVEIRA, 2012).

Em meio a processos contraditórios, a construção se faz através das pessoas que dão vida a este cenário, contextualizado pela ampliação das Universidades federais brasileiras - onde se manifestam diversos interesses - e pela busca da qualidade nas atividades de ensino-pesquisa e extensão. Alguns aspectos relacionados às decisões de incremento ao acesso e à permanência dos estudantes estão conformando a Assistência Estudantil, em âmbito nacional. Momento que perpassa diferentes níveis do entendimento, das abordagens sociopolíticas, das correlações de forças institucionais envolvendo todos os atores, os quais que vêm tecendo tamanha trama.

Este breve texto busca, no aporte da *questão social*, instigar a reflexão sobre as tarefas cotidianas e intervenção estatal no alcance da realidade desigual dos universitários brasileiros.

Atendimento às áreas de intervenção: prioridades por demanda

Um primeiro aspecto a ressaltar diz respeito ao lugar da Assistência Estudantil no contexto da ampliação do acesso às Universidades, uma vez que apenas se dispunha de um Plano (de Assistência Estudantil), sem a consistência e uniformidades necessárias à crescente entrada de estudantes, também ingressantes através de novas formas de acesso. No caso da UFRJ,

> a adesão integral ao ENEM/SISU, associada à política de Ação Afirmativa que reservou 30% das vagas para alunos egressos de escolas públicas e com renda per capita de um salário mínimo nacional, trouxeram um novo perfil de aluno que demandará da instituição novas práticas pedagógicas. (OLIVEIRA, 2012)

Entre as recentes iniciativas governamentais relativas à reorganização das Instituições de Ensino Federal – IFES, foram previstas ações de assistência, conforme expõe o Plano de Assistência Estudantil (FONAPRACE, 2007).

Mais recentemente, destaca-se o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007, que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em seu artigo 1º, afirma que esse "tem por objetivo criar condições para ampliação do acesso e da permanência na Educação Superior". E, em seu artigo 2º, item V, que "o Programa terá as seguintes diretrizes, entre outras: ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil."

Em busca de recursos para que de fato as ações de assistência se efetivassem, o mesmo Plano menciona a necessidade de uma política de investimento, como podemos observar:

> Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de investi-

> mento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, transporte, apoio acadêmico entre outras condições (FONAPRACE, 2007).

Por força e competência do Fórum Nacional de Pró-Reitores em Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (a exemplo do documento *Assistência Estudantil - Uma Questão de Investimento*/2000), recursos, ainda que insuficientes, passaram a ser destinados às IFES exclusivamente para cumprimento das referidas ações. No entanto, o reconhecimento deste processo ainda não alcançou a condição de uma política na direção do enfrentamento de condições que são mencionadas reiteradamente nos documentos, quais sejam: contradições existentes na sociedade; condições socioeconômicas que impedem os alunos universitários de cumprir sua formação; garantias de direito à educação.

Com a decretação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, em 2010, Gestores e Técnicos em Educação passaram a ser orientados mais formalmente por estes direcionamentos em seus diversos aspectos, que envolvem desde relações de trabalho até formas de conduzir os serviços. Recebemos bem as indicações das áreas onde devem ser desenvolvidas as ações de assistência contidas nas diretrizes do PNAES, quais sejam: *moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação*; e, embora encontremos obstáculos nas suas implementações, temos seguido com as propostas. Entretanto, como parte do amadurecimento e da construção de algo que se quer estruturado, em funcionamento consonante com as demandas que se apresentam e que permeiam as idéias e reflexões dos atores que vivenciam este momento, é que entendemos procedente uma breve indicação de questões, as quais inegavelmente constituem o caráter das decisões políticas que inseriram as ações de assistência, com relevância, no ensino superior.

> Num contexto em que os princípios neoliberais pregam o afastamento do Estado e sua não-interferência na economia, deixando para o mercado o papel de regulador da mesma, torna-se hoje mais difícil determinar o verdadeiro papel do Estado ante as expressões da 'questão social', que se multiplicam e se tornam mais complexas a cada dia (OLIVEIRA, 2008, p.108).

O propósito de nossa reflexão, lembrando que se trata de um ensaio, passa por indagar se as formas de gestão e implementação do PNAES concorrem para o fortalecimento de uma política que supere o programa que ora se apresenta, mediante a conjuntura de ampliação dos cursos universitários e como resposta às características do desenvolvimento econômico do país neste momento, ou se estrategicamente daremos a estas intervenções - assim chamadas intencionalmente - condições de ocupar o escopo de políticas existentes nas IFES.

Compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, as políticas sociais surgiram apenas a partir de pressões dos movimentos populares no séc. XIX. Elas foram implantadas como forma de respostas, ainda que incipientes, aos problemas inerentes à 'questão social'. (grifos do autor) (OLIVEIRA, 2008, p.106).

A questão social, debatida incansavelmente por diversos autores, está indicada, por OLIVEIRA, na seguinte síntese:

> conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista", profundamente vinculada ao conflito entre capital e trabalho, sendo uma das manifestações mais concretas do processo de acumulação do capital, cujas consequências mais alarmantes são o crescimento da condição de pobreza e a promoção da exclusão em larga escala. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição de classes. (CERQUEIRA FILHO, 1982 apud OLIVEIRA, 2008, p.106)

Embora o desenvolvimento das ações de assistência estudantil venha ocorrendo sem as mesmas bases políticas que as ações de assistência social, conforme estruturação do Sistema Único de Assistência Social SUAS (BRASIL, 1993), elas se justificam pelo reconhecimento das diferenças materiais e sociais - compreendidas as experiências em educação e cultura -, de grupos expressivos de jovens e adultos que se encontram em condições "vulneráveis". Dessa forma, programas são condizentes, pois remetem a motivações transitórias e não estruturantes.

Ações de assistência e políticas estudantis — um trajeto em curso

A nossa experiência tem mostrado que a despeito dos pleitos, recursos disponíveis e prioridades definidas, nos últimos anos, as instituições de ensino vivenciam dinâmicas diferenciadas na estruturação do PNAES, a partir das práticas que eram adotadas

pelas Universidades em relação aos benefícios dirigidos aos estudantes oriundos das classes pobres. Conforme descrito, a UFRJ deu novo *status* para a área de assistência estudantil, criando há um ano a SuperEst, a partir da experiência na prestação de benefícios compreendidos por bolsas auxílio financeiro, moradia e atendimentos da área de Psicologia, detalhados a seguir em texto que documenta a existência da Divisão de Assistência Estudantil (DAE) UFRJ e de outros setores que a antecederam, apresentado por Ferraz e outros:

> A Divisão vem, há pelo menos duas décadas, atuando nos processos de seleção e renovação dos benefícios de Bolsa Auxílio e Benefício Moradia. (...) O seu objetivo é atender ao estudante de graduação que, face às condições socioeconômicas de sua família, possua comprovada dificuldade de garantir sua permanência na Universidade. O Benefício Moradia corresponde à vaga em um quarto do alojamento estudantil, acompanhada da bolsa manutenção, (...) Seu objetivo contempla os mesmos apontados com relação à Bolsa Auxílio (FERRAZ, et al, 2010)

Segue o documento informando que:

> outras proposições relativas à assistência estudantil na DAE/UFRJ, datam da década de 1980. As características daquela proposta correspondiam à matriz teórica fenomenológica, conforme verificamos a partir da análise da documentação, onde constatamos a seguinte citação, em relação a atuação dos assistentes sociais:" construir para o desenvolvimento da personalidade do aluno da UFRJ, facilitando sua realização nos planos pessoal, social e acadêmico", onde a instituição deveria adequar individualmente o aluno e à estrutura organizacional, no tocante aos serviços oferecidos. Assim o Serviço de Assistência e Orientação Social (SAOE) vigorou até a discussão "de uma política de assistência estudantil na UFRJ" (cf. Documento preliminar, 1993), que assumindo os ecos da "intenção de ruptura" no Serviço Social, apresentou um Projeto para a Divisão de Assistência ao Estudante, assim constituída na estrutura organizacional desta instituição de ensino, no início da década de 90. Esta proposta tratava de organizar os benefícios relativos à permanência do aluno na Universidade paralelamente ao acompanhamento acadêmico, agora como aspecto relevante para a assistência social. (FERRAZ, et al, 2010).

A partir deste quadro e tomando por base o Plano Nacional de Assistência Estudantil, a equipe da DAE, a partir de 2009, buscou estruturar e/ou programar ações que envolviam os seguintes eixos: família, saúde, articulação em rede e benefícios. Junto de outras instâncias da Universidade, ampliou o debate entre os atores ligados às tarefas de discutir e constituir diretrizes e serviços de assistência. Dessa forma, fomentou-se a formação de novas equipes, os debates e as formulações para a configuração da SuperEst. Esta já com atribuições definidas, para além da administração dos benefícios prestados por longo tempo aos estudantes.

Exigências do cotidiano — construindo as bases de intervenção

A constituição atual da SuperEst se dá pelas Divisões de Assistência ao Estudante, Residências Estudantis, Saúde ao Estudante, Acessibilidade e Atendimento Comunitário, organizadas em Seções – atendendo, em parte, às área previstas pelo PNAES, e está constantemente acrescentando novas controvérsias as suas dinâmicas. A Coordenação dos Restaurantes Universitários, nesta fase, está sob a responsabilidade da Faculdade de Nutrição/UFRJ, em consonância com as ações da Superest e envolvimento de sua equipe.

Retomando nosso ponto central, vejamos o que temos para indicar ao término desta reflexão. Pretensamente, este órgão se denominou superintendência de políticas! Vem definindo forma e conteúdo na direção de situações das mais diversas naturezas, as quais são compreendidas como necessidades a serem atendidas, a fim de conduzir de maneira estável o vínculo do aluno de graduação até à conclusão de sua formação.

As indagações que cabem, embora não tenhamos destacado alguns dos fundamentos no desenvolvimento das políticas de Educação, especialmente as direcionadas para a formação de nível superior, são: As estratégias para a permanência do estudante universitário não deveriam estar inseridas num quadro mais amplo de discussão acerca da 'questão social', uma vez que dela derivam as necessidades apresentadas, que por sua vez traduzem realidades decorrentes das contradições presentes na sociedade? Quais as formas de gestão e implementação do PNAES que concorrem de fato para o estabelecimento de uma política estudantil, no meio universitário, tomando por referência as contradições existentes no interior do Estado?

Conforme o pensamento de Oliveira (2008), às políticas públicas são atribuídos papéis de enfrentar problemas estruturais antigos e mais recentes que, em última análise, oportunizem acesso de todos aos direitos sociais. Estes são nossos desafios fundamentais na conjuntura atual, que preconiza a

política econômica sobre a social e reveste o papel do Estado em função dos interesses em jogo. Dessa forma, nossas tarefas estarão para além do oferecimento de serviços, se assim construirmos a direção.

Referências

FERRAZ. Ana C. G. et al. **Assistência Estudantil no ensino de graduação – uma análise das propostas da divisão de assistência ao estudante da UFRJ**. XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS. Brasília: jul.-ago. 2010.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Federais (aprovado pela ANDIFES).** Belém: julho de 2007. Disponível em http://www.ufpa.br/fonaprace/, acessar documentos. Acesso em: 17 jul. 2012

FONAPRACE. **Assistência Estudantil – uma Questão de Investimento**. Brasília: agosto de 2000. Disponível em: http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html. Acesso em: 17 jul. 2012.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Recife: abril, 2001. Disponível em http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/documentos/assist_est.html Acesso em: 17 jul. 2012.

OLIVEIRA, Antonio J. B. **Da implantação à institucionalização: consolidando a Superintendência Geral de Políticas Estudantis da UFRJ.** FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE-SE, "A expansão das IFES: Desafio da Assistência Estudantil". Universidade Federal de Viçosa – MG, abril de 2012.

OLIVEIRA, Luciana V. N. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 93, Ano XXIX, São Paulo: Cortez, março, 2008, p. 101-123.

Telma Fernandes Barrionuevo Gil
Assistente Social/UFRJ – Seção de Esportes, Cultura e Lazer da SuperEst

O serviço social na assistência estudantil: reflexões acerca da dimensão político-pedagógica da profissão

Clara Martins do Nascimento
Ana Cristina Brito Arcoverde

Introdução

O presente ensaio apresenta algumas reflexões de natureza teórico-metodológica acerca das dimensões da prática profissional do Serviço Social na assistência estudantil. A relevância destas reflexões se dá por ser o Serviço Social um dos principais formuladores e executores da política de assistência ao estudante. Pensar a prática profissional do Serviço Social frente à operacionalização da assistência estudantil implica trazer para o debate a necessidade de mudanças dos paradigmas de operacionalização da Política, fortalecendo assim, futuras análises sobre os fundamentos e diretrizes que a norteiam.Fundamentados em autores como Iamamoto (2000; 2004; 2007), Abreu (2008; 2009) e Palmas (1993), refletimos sobre a dimensão político-pedagógica do Serviço Social como direção para repensar a intervenção da profissão na assistência estudantil. Esta dimensão da prática do Assistente Social permite orientar a intervenção profissional no sentido de um exercício crítico, criativo e comprometido com a defesa da garantia dos direitos dos usuários das políticas sociais. Esta postura profissional prevê a construção de práticas educativas estratégicas de caráter político, provocadoras de mudanças nos espaços sócio-ocupacionais da profissão.

O exercício desta dimensão da prática do Serviço social na assistência estudantil oferece suporte à busca de alternativas pelo profissional para o enfrentamento das problemáticas que desafiam sua atuação. O comprometimento com os interesses dos estudantes/usuários de seus serviços é priorizado através da interpretação do campo da assistência estudantil, enquanto instância de poder, no interior da qual se abrem espaços para promover,

junto aos estudantes, processos educativos e democráticos (PALMAS, 1993).

Na nossa concepção, a adoção de práticas político-pedagógicas pelo Serviço Social na operacionalização da assistência estudantil, além de contribuir para dar visibilidade à dimensão política das ações de assistência ao estudante, contribui também para que estes profissionais não reproduzam a lógica clientelista e assistencialista nas suas práticas.

Política de assistência estudantil na conjuntura da educação superior brasileira

As políticas educacionais de democratização da permanência do estudante no ensino superior público, em especial a assistência estudantil, estão sofrendo significativa expansão nas IFES[1]. Este fenômeno ocorre no bojo da chamada "reforma universitária" que vem sendo instaurada, nestas instituições de ensino, através de uma série de leis, decretos, normas e portarias responsáveis por redirecionar os rumos da educação superior no Brasil.

Esta "reforma" é interpretada pelos movimentos sociais da educação, como o ANDES-SN[2], como um verdadeiro movimento de contra-reforma da educação superior, uma vez que as mudanças implementadas estão muito mais estreitas à política econômica vigente, em consonância com as exigências atuais do sistema do capital em crise, sob os ditames de organismos multilaterais - como o Banco Mundial - do que com a defesa de uma formação crítica e de qualidade.

A "reforma" que vem sendo implementada na universidade brasileira se dá basicamente em quatro eixos: financiamento, avaliação, autonomia universitária e assistência estudantil - o que nos possibilita afirmar o destaque alcançado pelas políticas de democratização do ensino superior no atual contexto. A exemplo disto, temos a incorporação, pelo Anteprojeto de Lei da Reforma (PL 7200/2006), de uma sessão que trata especificamente das "Políticas de Inclusão e Assistência Estudantil". O texto do PL 7200/2006 dispõe que:

> As Instituições Federais de Ensino Superior deverão formular e implantar, na forma estabelecida em seu plano de desenvolvimento institucional, medidas de democratização do acesso, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social. Além disso, elas deverão destinar recursos correspondentes a pelo menos 9% (nove por cento) de sua verba de custeio, exceto pessoal, para implementar as medidas de assistência estudantil (arts. 45, 46 e 47).

A assistência estudantil também ocupa lugar central na pauta de reivindicações dos movimentos da educação, enquanto alternativa política orientada para o exercício do compromisso social da universidade com a formação humana, devendo ser assumida pelas instituições de ensino no sentido de minimizar os impactos das desigualdades da sociedade brasileira – refletidos na educação superior. Entre outros argumentos que apontam a sua necessidade, o da desigualdade de renda do corpo discente é apontado como um dos fatores que explicam os elevados índices de evasão e retenção universitária e, portanto, justifica a sua importância.

Este debate sobre a necessidade da implementação de ações de assistência aos estudantes nas universidades ganhou maior visibilidade com a divulgação dos dados das pesquisas realizadas pelo FONAPRACE[3] (1996-1997 e 2003-2004) sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES (uma nova versão da pesquisa foi elaborada pela ANDIFES/ FONAPRACE no ano de 2010)[4]. Decorre daí, a incorporação da assistência estudantil no texto do Plano Nacional de Educação (2001) e a construção, no ano de 2007, de um Plano Nacional de Assistência Estudantil.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil, marco regulatório da assistência aos estudantes, previa recursos para as universidades públicas que desempenhassem ações em conformidade com as suas diretrizes. Sua institucionalização se deu por meio do Decreto Nº 7234 de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil/ PNAES e atribui às IFES a obrigatoriedade do desenvolvimento de ações no âmbito da assistência estudantil.

---

1 Segundo a ANDIFES (2011), em 2008, ano de implementação do Plano Nacional de Assistência Estudantil/ PNAES, houve a descentralização dos recursos na ordem de R$ 125.300.000,00 para a assistência estudantil. Os recursos foram ampliados nos anos seguintes para R$ 203.000.000,00 em 2009 e R$ 304.000.000,00 em 2010. Já em 2011 o investimento da assistência estudantil aumentou para R$ 400.000.000,00.

2 Sindicato Nacional de Docentes das Instituições de Ensino Superior.

3 Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis/ FONAPRACE.

4 A terceira pesquisa sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural do estudantes de graduação das Universidades Federais Brasileiras (ANDIFES, 2011), na mesma direção das pesquisas anteriores, foi elaborada com o intuito de atualizar informações sobre os estudantes de graduação, que permitissem além de definir novos parâmetros para a construção das ações da assistência estudantil, favorecessem a implementação da política e seu compromisso com a qualidade da formação acadêmica de seus usuários (ANDIFES, 2011).

Complexo Esportivo – UFCG

Prática esportiva – UFAM

A institucionalização desta Política nas IFES, e sua significativa expansão, acontece no rastro da implementação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/ REUNI, em 2006, principal programa que instaura as "reformas" nas universidades brasileiras, e que prioriza, dentre outros pontos, o desenvolvimento de políticas de inclusão e assistência estudantil. Dizer isto, implica pensar em um novo cenário de implementação da assistência estudantil que influi diretamente nas configurações e centralidade que a política assume na atualidade.

Neste novo cenário, um ponto que vem sendo criticado, pelos sujeitos envolvidos com a operacionalização da Política nas IFES, diz respeito ao seu financiamento. Mesmo tendo ocorrido um aumento significativo das verbas para os programas de assistência ao estudante no orçamento das universidades, a demanda estudantil pelas ações assistenciais aumenta em proporções bem maiores, devido, sobretudo, ao processo de expansão e maior aproveitamento das vagas nas universidades com a implementação de novos processos seletivos - como o Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM que garante uma maior rotatividade destas vagas.

Além disso, as IFES apresentam inúmeras dificuldades de execução das ações da assistência estudantil, sobretudo, pela falta de pessoal capacitado e número reduzido de profissionais, se comparado ao quadro de estudantes usuários da Política que tende a expandir.

Uma outra problemática, presente no âmbito da implementação da assistência estudantil nas IFES, tem a ver com a disseminação de um perfil restrito às "reformas" e ao chamado processo de "bolsificação", que exclui do debate a necessidade de universalização da Política (ampliação de direitos). Genericamente, a assistência estudantil nas IFES é apresentada como:

> [...] reforma e ampliação de moradias estudantis, ampliação e construção de novos restaurantes universitários, distribuição de passes para transporte, ampliação na assistência à saúde dos discentes associado à atividades de esporte e lazer e inclusão digital, com ampliação do acesso dos alunos a computadores. Destaca-se, ainda, que em todas as áreas algumas universidades optam por bolsas: Bolsa Moradia, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, Bolsa Permanência. Bolsas que diferem das acadêmicas pela sua característica eminentemente assistencial e focalizada (CISLAGHI&SILVA, 2011, p. 13).

Para Moraes & Lima (2011, p.4), a tendência à "bolsificação" dos serviços da assistência estudantil se expressa na concentração de suas ações no provimento de bolsas sem a "[...] priorização do debate com os estudantes acerca de suas necessidades a fim de construir um projeto de assistência estudantil que se distancie da lógica dos 'pacotes prontos'". Tais questões reafirmam a tendência ao esvaziamento de uma proposta de ensino que garanta o direito à permanência do estudante, favorecendo espaços coletivos e com caráter universal. Pois, para Cislaghi e Silva (2011, p. 17):

> [...] Ao se optar por fornecer bolsa-alimentação e bolsa-moradia em detrimento da construção de Restaurantes Universitário e Alojamentos o que se tem é a focalização do problema na reprodução da lógica atual da Assistência Social no interior da universidade. Essa saída reforça o mercado e a individualidade como parâmetros societários, com a bolsa o aluno consome no mercado de forma isolada.

A bolsificação da assistência estudantil é também consequência da tendência à assistencialização das políticas sociais, que no âmbito da educação superior, a assistência ao estudante é expressão máxima. Nas palavras de Moraes e Lima (2011, p.5), a tendência à assistencialização das políticas educacionais se expressa no processo de:

> [...] implementação de programas, projetos e benefícios, nos distintos níveis e modalidades de ensino, orientados cada vez mais por uma dimensão assistencial do atendimento às demandas dos estudantes, segmentando e fragmentando as ações para garantia de acesso e permanência desses de forma focalizada e restrita a critérios de elegibilidade semelhantes aos da Política de Assistência Social.

O debate sobre a assistencialização das políticas educacionais considera que há similaridades das características das ações desenvolvidas no âmbito da assistência estudantil com as ações da Assistência Social, principalmente pela lógica eminentemente emergencial e imediatista dos programas e projetos que são direcionados ao atendimento das necessidades de sobrevivência, e confundidos com as atividades realizadas pela filantropia e pela caridade institucionalizada. (MORAES ; LIMA, 2011).

Sob esta lógica, as ações da assistência estudantil direcionadas para uma perspectiva assistencial na configuração de seus programas e projetos, restringem o atendimento das demandas dos estudantes às suas necessidades de sobrevivência, além de seg-

mentar e focalizar os usuários da política, garantindo, assim, um atendimento restrito aos estudantes mais pobres entre os pobres.

Em linhas gerais, este é o cenário da assistência estudantil nas IFES, e esta realidade é vivenciada pelo Serviço Social na sua atuação frente ao planejamento/operacionalização desta Política. Decorre daí, a necessidade da análise crítica da realidade na qual este profissional interfere, tendo claro os objetivos da política e o seu compromisso com os estudantes usuários da mesma.

Se por um lado, a expansão da assistência estudantil manifesta a possibilidade de ampliação da abrangência da Política, no sentido de sua maior cobertura e compromisso com o provimento das condições de permanência do estudante no ensino superior, contraditoriamente, lidamos com a sua extrema focalização, seletividade, bolsificação. Tal contradição, no nosso entendimento, coloca-se como um desafio à intervenção profissional dos Assistentes Sociais em tencionar, nas suas práticas, os limites da política e trabalhar junto aos seus estudantes/usuários a proposta de construção de um perfil de assistência estudantil que esteja, de fato, comprometido com os interesses do seu público alvo.

A tarefa de construir uma política de assistência estudantil nas IFES, comprometida com a perspectiva universalizadora, requer sua consonância com as necessidades dos estudantes, o que implica, sobretudo, no envolvimento dos estudantes/usuários no planejamento e avaliação da política. Tal façanha é possível se potencializada a dimensão político-pedagógica da prática profissional do Serviço Social no cotidiano de sua intervenção.

A dimensão político-pedagógica da intervenção do serviço social na assistência estudantil

Com relação às diferentes direções teórico-metodológicas que sustentam a intervenção do Serviço Social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, Silva (2006) destaca aquela que encontra fundamentação no pensamento gramsciano sobre a práxis. Esta direção preocupa-se, fundamentalmente, com a prática política do Serviço Social na perspectiva da hegemonia da classe subalterna, situando a profissão no "[...] quadro da divisão social do trabalho, enquanto intervenção direta na realidade social, servindo a interesses presentes na luta hegemônica" (SILVA, 2006, p. 238).

Nesta perspectiva, a prática do Serviço Social é concebida como processo político e ideológico, realizada através de uma intervenção pedagógica que se define na correlação de forças nas diferentes conjunturas e na dinâmica das práticas institucionais, enquanto estratégia de luta pela hegemonia no bloco histórico (ABREU & CARDOSO, 2009).

O que orienta essa perspectiva é o exercício da dimensão político-pedagógica do Serviço Social que, longe de ser confundida com práticas político-partidárias ou de militância política, se expressa nos diferentes lócus de atuação do Serviço Social[5].

A experiência de estágio curricular na antiga Diretoria de Assistência Estudantil/DAE/UFPE, hoje, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis/PROAES, permitiu-nos identificar a necessidade desta orientação político-pedagógica da prática profissional do Serviço Social comprometida com a construção de estratégias de efetivação dos direitos e, deste modo, direcionada à incorporação das necessidades dos estudantes/usuários da Política como parte da dinâmica dos serviços institucionais.

O que chamamos de dimensão político-pedagógica do Serviço Social se expressa na construção de práticas educativas estratégicas de caráter político[6], provocadoras de mudanças no espaço sócio-ocupacional do Assistente Social, neste caso, frente ao planejamento e operacionalização da Política de Assistência Estudantil nas IFES.

Já a referência à função pedagógica[7] desempenhada pelo Serviço Social, responde por "[...] inscrever a prática profissional no campo das atividades educativas formadoras da cultura, ou seja, atividades formadoras de um modo de pensar, sentir e agir, também entendido como sociabilidade" (ABREU, 2008, p.11). A mesma autora considera que a função pedagógica do Serviço Social é modelada por vetores que a impulsionam e a redimensionam na direção dos interesses das classes subalternas. Entre estes vetores, destacam-se:

[5] A própria formação profissional do Serviço Social é orientada hegemonicamente por uma perspectiva histórico-crítica de interpretação/intervenção na realidade.

[6] Nosso entendimento do conceito de político supera sua redundância à prática política e amplia a sua compreensão integrando-a a concepção de mudança, ou seja, fazer política no sentido da mudança (PALMAS, 1993).

[7] Este perfil pedagógico do Serviço Social em Abreu (2008) centraliza-se na ideia de que: "a função pedagógica do Assistente Social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática" (ABREU, 2008, p.17).

> [...] a politização das relações sociais e das práticas sociais sobre a questão social, redirecionando o eixo das referidas práticas como mediação entre necessidades sociais e a construção de estratégias emancipatórias de controle social pelas classes subalternas, e a intervenção consciente dessas classes no movimento histórico [...](ABREU, 2008, p.69).

É baseado no seu projeto ético-político profissional que o Serviço Social assume compromisso com a garantia do acesso aos serviços prestados e ao atendimento das demandas dos usuários. A profissão tem sua intervenção inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho como uma atividade de cunho eminentemente educativa (ABREU & CARDOSO, 2009), dispondo, assim, de habilidades político-pedagógicas que respaldam a sua atuação profissional. Se tomarmos como exemplo a relação Casa de Estudante – Serviço Social – Instituição, o exercício de uma prática de orientação político-pedagógica direciona o Serviço Social para que o mesmo assuma a posição de mediador entre as demandas dos residentes e as demandas da instituição, de modo a tencionar os limites institucionais na medida em que visa atender, prioritariamente, aos interesses dos estudantes/ usuários da assistência.

As ações assistenciais realizadas, no âmbito das Casas de Estudantes, devem envolver os estudantes/ residentes na sua operacionalização em dois sentidos: primeiro, priorizando a participação dos mesmos no planejamento e implementação das ações; e segundo, realizando o monitoramento e a avaliação destas ações partindo da percepção dos estudantes/usuários sobre os serviços prestados pela instituição. Tal postura profissional visa, sobretudo, combater a extrema objetividade institucional que faz com que vários programas sociais não particularizem as demandas populares e, neste sentido:

> [...] apesar de estar em jogo uma relação (instituição-povo), as decisões tendem a ser tomadas segundo uma lógica institucional, que responde as prioridades da instituição, aos seus valores – que podem ser os mais corretos de acordo com uma objetividade técnica (ou seja, objetivamente corretos). Mas a questão é que a demanda popular é assumida para ser compatibilizada com a iniciativa que a instituição está disposta a oferecer (PALMAS, 1993, p. 127).

Esta é a lógica operacional que ainda se faz presente nos programas da assistência estudantil, "[...] as pessoas aceitam porque há uma violência imposta a partir da instituição, aquele que não se conformar com a oferta institucional, nas condições em que se faz, fica sem nada, fica fora dos requisitos" (PALMAS, 1993, p.127). Ou seja, os usuários dos serviços não são vistos como "sujeito social" e, portanto, sujeitos de direitos.

É evidente que, no plano da instituição, o Serviço Social, enquanto profissional liberal, dispõe de uma relativa autonomia, ao tempo em que existe uma tensão entre o seu projeto profissional e a sua condição de trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 2007). A atuação do Assistente Social é mediada pela tensão existente entre o seu trabalho controlado e submetido ao poder do empregador, neste caso, o Estado, e o seu compromisso com o atendimento das demandas dos sujeitos de direitos. As contradições presentes nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social, "[...] interferem no seu direcionamento, nas atribuições delegadas, nos recursos autorizados, entre outras dimensões, cuja força decorre das relações de poder econômico e político" (IAMAMOTO, 2007, p. 424). O Assistente Social, enquanto trabalhador assalariado, está sujeito aos ditames do mundo do trabalho — os requisitos de produtividade, eficiência e as pressões dos prazos e das rotinas —, sendo determinantes históricos que impõem limites à sua prática profissional. A compreensão da totalidade social na qual está inserida a profissão, permeada por inúmeras determinações sociais, econômicas e políticas, serve como forma de combatermos a ideia de um "messianismo" do Serviço Social, ou de um "fatalismo" da profissão. Estas considerações tanto causam frustrações provenientes da falta de entendimento das determinações conjunturais que limitam a prática profissional, quanto, ao submeterem a atuação profissional somente às determinações conjunturais, acabam por contribuir para uma prática profissional passiva, no sentido de limitar o profissional de pensar alternativas estratégicas de superação. Contra tal postura, é importante enfatizar que a percepção da dimensão político-pedagógica da prática do Serviço Social contribui para ampliação da "relativa autonomia" destes profissionais, na medida em que potencializa a sua intervenção cotidiana no sentido da busca de estratégias de atuação que permitam o exercício de seu projeto profissional coletivo voltado para a defesa dos direitos dos usuários dos seus serviços.

Considerações finais

O Serviço Social, ao atuar na operacionalização da assistência estudantil, depara-se com uma multi-

plicidade de demandas proveniente dos diversos sujeitos envolvidos com esta Política: os estudantes/usuários, as Instituições Federais de Ensino Superior e o Estado.

A restrição da prática do Serviço Social na assistência estudantil à burocracia do processo seletivo dos programas desenvolvidos — preenchimentos de fichas, conferência de documentos, declarações, entrevistas e avaliações, reduz as iniciativas da profissão em experiências que viabilizem: a formação de grupos de pesquisa e discussão voltados para a elaboração de propostas que objetivem interferir na realidade institucional e que sirvam para fundamentar planos, programas e projetos no setor; o desenvolvimento de atividades que efetivem o sistema de cogestão existente entre a Pró-Reitoras de Assistência Estudantil e a diretoria das Casas de Estudantes; a participação direta dos estudantes/usuários nas deliberações da assistência estudantil; e sobretudo, o estímulo à organização política dos estudantes/usuários para as questões que dizem respeito à formulação e avaliação dos programas da assistência.

Enfatizamos, com isso, que o reconhecimento e o exercício de uma prática profissional do Serviço Social na assistência estudantil, orientada por uma dimensão político-pedagógica, contribuem para a reorientação da intervenção destes profissionais neste setor.

Assumir tal postura implica em lutar pela redefinição de uma intervenção profissional, no campo da assistência aos estudantes, comprometida com a construção de estratégias pedagógicas de cunho político que provoquem mudanças no espaço institucional, e que estejam baseadas na efetivação dos direitos dos estudantes/usuários da Política; com a incorporação das necessidades dos estudantes/usuários como parte da dinâmica dos serviços institucionais e do estímulo à participação dos mesmos na gestão desses serviços e, sobretudo, na politização das problemáticas presentes no âmbito da relação usuário/instituição.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a Organização da Cultura – Perfis Pedagógicos da Prática Profissional.** 2 e.d São Paulo: Cortez, 2008.

ABREU & CARDOSO, Marina Maciel, Franci Gomes. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS – ABEPSS, 2009.

ANDIFES. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.** Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Brasília, 2011.

BRASIL.**Decreto n. 7234 de 19.07.2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.** Brasília, 19 de julho de 2010.

_____. Casa Civil da Presidência da República. **Projeto de Lei da reforma da Educação Superior.** Brasília: Casa Civil, 2006.

CISLAGHI, Juliana Fiúza & SILVA, Matheus Thomaz da. **Plano Nacional de Assistência Estudantil e a Expansão de Vagas nas Universidades Federais: Abrindo o debate.**V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana.IN *Anais*... Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 4. e.d. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo. Editora Cortez, 2000.

_____. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo.** IN La cuestión social y laformaciónprofesionalenel contexto de lasnuevas relaciones de poder y ladiversidadlatinoamericana. MOLINA, M. L. M. (Org.). San José, Costa Rica: ALAETS/Espacio Ed./Escuela de Trabajo Social, 2004.

MORAES, Michelle rodrigues & LIMA, Gleyce Figueiredo de. **Assistencialização das políticas educacionais brasileiras.** V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo. Marxismo, Educação e Emancipação Humana.IN *Anais*... Abril de 2011 – UFSC – Florianópolis – SC – Brasil.

PALMA, Diego. **A Prática Política dos Profissionais: O caso do Serviço Social.** Tradução de Jose Paulo Netto. 2 e.d. São Paulo: Cortez: Lima (Peru): CELATS, 1993.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura.** 3. e.d. São Paulo: Cortez, 2006.

Clara Martins do Nascimento
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco

Ana Cristina Brito Arcoverde
Professora titular do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco

Creche – UFG

Centro de Educação Infantil – UFGD

Ponto de Vista da ANDIFES

Reitor João Luiz Martins
UFOP

O coração de uma Universidade é o estudante. A razão da existência de uma Universidade só tem sentido se houver estudantes. Os reitores, há décadas, vêm sinalizando ao MEC, como uma demonstração clara de compromisso com a fixação estudantil, sobre a importância da ampliação do orçamento das Universidades para que as IFES desenvolvam políticas de assistência e permanência estudantis adequadas, para que seja possível atingir a qualidade na formação dos nossos estudantes.

O início da luta dos reitores e dos responsáveis, em cada IFES, pela concepção, gestão e execução das políticas de assistência e permanência estudantil se confunde com a criação da própria ANDIFES, haja vista que, desde a década de 80, estas preocupações figuram como pauta das Universidades.

O primeiro encontro nacional, relacionado a este tema, aconteceu em Florianópolis em 1985. Em outros momentos, também ocorreram debates sobre a importância de se criar orientações nacionais sobre a assistência e a permanência estudantil, mas, foi no ano de 1987, em Belo Horizonte – MG, que se deu a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários, mais tarde, denominado Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE.

O FONAPRACE, dentre as inúmeras contribuições para o coletivo da Associação de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES, destaca-se, em 2007, com a concretização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES como uma política de Estado para a manutenção e apoio aos estudantes das Universidades Federais, por meio de recursos financeiros alocados à Matriz Orçamentária das IFES. Em 2011, o FONAPRACE, a partir dos dados do Relatório do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais (relatório este coordenado pelo próprio FONAPRACE e protagonizado pela ANDIFES), apresentou conclusões relevantes sobre os quantitativos financeiros adequados, que deveriam fazer parte da pauta de reivindicações (orçamento) da ANDIFES junto ao MEC, no que se refere à assistência e permanência estudantil.

Essas são apenas algumas iniciativas que enaltecem a participação, o compromisso, a visão e as contribuições que fazem do FONAPRACE um dos mais relevantes e atuantes fóruns da ANDIFES.

Os reitores, compreendendo a imprescindível iniciativa de se desenvolver em cada IFES uma política de Assistência e Permanência Estudantil, que possibilite garantir melhores condições aos estudantes com vulnerabilidade social e econômica para que possam equiparar-se aos demais estudantes que não carecem desta política, não têm medido esforços para colocar, na ordem do dia, a busca por um financiamento específico para este fim.

Na verdade, os Reitores e Reitoras acreditam também que tal iniciativa permitirá que a formação dos nossos jovens seja completa, isto é, com qualidade na formação profissional, bem como cidadã. Além disso, existe um reconhecimento claro do papel estratégico dos nossos responsáveis pela gestão e execução desta política, em cada uma das nossas IFES, através dos representantes do FONAPRACE.

Os sinais de alertas apresentados pelo FONAPRACE, no que se referem à evasão e à retenção acadêmica nas Universidades, nos remetem a pensar, juntos, políticas que venham a superar estes problemas. A assistência estudantil contribui sobremaneira para que estes aspectos sejam combatidos, sem perder de vista que não só precisamos construir políticas para superar estes problemas, mas, prosseguir em ações de expansões de vagas e oportunidades para tantos brasileiros ainda excluídos da Educação Superior. Portanto, é preciso que estas coisas andem juntas, haja vista que são complementares.

A ANDIFES, ao mesmo tempo em que comemora os 25 anos de existência do FONAPRACE, registra o seu relevante trabalho realizado através dos setores, das diretorias, das coordenações e/ou Pró-Reitorias responsáveis pela Assistência e Permanência em cada IFES. Neste sentido, apesar dos avanços e das conquistas, a ANDIFES reafirma posição no sentido de pautar junto ao coleti-

vo de Reitores questões de extrema importância como, a ampliação dos quadros de profissionais técnicos e gestão de novas funções gratificadas que venham a possibilitar que as IFES possam construir uma gestão mais apropriada para lidar com as questões estudantis. Portanto, como também uma forma de demonstrar a importância deste tema para a gestão e desenvolvimento das nossas Universidades, entende-se que é preciso prosseguir nas conquistas e aperfeiçoar os encontros e os debates, para que novas ações coletivas sejam construídas para melhor atender os nossos estudantes e, assim, atingir a qualidade desejada na formação dos novos cidadãos.

Desafios atuais da Assistência Estudantil

Fabricio Carvalho e Luiz Leduíno
Coordenação Nacional do FONAPRACE 2011-2012

Ao escrever este texto, vivemos a expectativa da sanção presidencial ao projeto de lei, aprovado no Congresso Nacional, que reserva 50% das vagas das universidades federais para estudantes egressos de escola pública. Não temos dúvida de que se trata de mais uma importante política de estado no sentido de democratizar o acesso à universidade pública brasileira, corrigindo distorções socioeconômicas e regionais. De fato, a pesquisa promovida pelo Fórum de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 2011, constatou que metade dos estudantes das universidades federais é, ou oriunda exclusivamente da escola pública (44,8%), ou cursou a maior parte do ensino médio em escola pública (5,6%). Os maiores percentuais são verificados nas regiões Norte (71,5 e 6,8%) e Sul (50,6 e 5,6%), enquanto a região Sudeste registra os menores percentuais (37,0 e 4,4%).

Em contrapartida, essa medida aumentará substancialmente o papel que o FONAPRACE, as pró-reitorias e coordenadorias de assistência estudantil têm a cumprir. Certamente, será fundamental não só o aumento do número de auxílios e seus valores, mas também de residências universitárias, programas de promoção à saúde e, especialmente, eficientes programas de auxílio didático-pedagógico. Essas políticas são básicas para a garantia da permanência e da conclusão dos estudos de alunos de baixa renda que chegam e chegarão à universidade. Para promover plenamente esse substancial incremento nas políticas de assistência estudantil, será preciso um aporte muito maior de recursos. De

fato, estudo realizado pelo FONAPRACE e avalizado pela ANDIFES mostra que, para atender dignamente os estudantes pertencentes às classes C, D, E, que estão hoje na universidade, seria necessário triplicar, para 2013, o montante destinado para o PNAES em 2012: o orçamento deveria passar de R$ 500 milhões para R$1,5 bilhão. Com o esperado aumento do ingresso de estudantes dessas classes na universidade, com a possível sanção presidencial do projeto supracitado, será preciso destinar ainda mais recursos.

Outro desafio que o FONAPRACE deve enfrentar de imediato é a elaboração de instrumentos e indicadores de avaliação do PNAES em cada uma das instituições federais. Com efeito, é preciso conhecer o real impacto das políticas que estão sendo implementadas tanto no que diz respeito à permanência e, principalmente, quanto ao sucesso escolar dos estudantes definidos como prioritários pelo próprio PNAES: estudantes de primeira graduação presencial, provenientes de escola pública, com renda familiar de até 1,5 salários mínimos.

Também não se pode esquecer a necessidade de inclusão dos pós-graduandos nas políticas de permanência, tendo em vista que o PNAES não os contempla e que muitos, mesmo com bolsas, precisam de um apoio básico, como subsídio nos restaurantes universitários e vagas em moradias estudantis.

Por fim, temos a clareza que a sustentabilidade de um projeto de educação superior como o que está implantado, hoje, no Brasil, deve se basear na qualidade do ensino desenvolvido e nas oportunidades que as pessoas terão de ampliar sua visão de mundo. Mais brasileiros têm a chance de estudar em uma universidade pública neste país. Logo, programas, estratégias e investimentos devem ser pautados para garantir que esse modelo funcione e quebre paradigmas excludentes. As universidades brasileiras têm um novo rosto e ele é o rosto de um país que, estimulado e incentivado, promoverá o real desenvolvimento que tanto buscamos. O FONAPRACE está pronto para trabalhar por isso.

Esporte e lazer na política de assistência estudantil

Profa Dra Nara Rejane Cruz de Oliveira

Na atualidade, a compreensão da dinâmica que envolve o funcionamento da universidade pública é um grande desafio. Neste contexto, a assistência estudantil se destaca. O ingresso na universidade já não é o problema central e sim a permanência do estudante, cuja demanda envolve o desenvolvimento de uma política efetiva para o atendimento às necessidades básicas como moradia, alimentação, transporte e atenção à saúde. A implantação de tal política está diretamente relacionada ao PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído pelo decreto presidencial nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dentre as ações do PNAES a serem desenvolvidas, entende-se que o esporte e por extensão o lazer são contemplados, considerando a finalidade básica do programa, que é ampliar qualitativamente as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Esporte e lazer na atualidade são reconhecidos como fatores, que dentre tantos, têm influenciado o desenvolvimento social da humanidade. O

binômio esporte e lazer tem se destacado nos últimos anos, considerando a tendência de sua ruptura com o paradigma do rendimento/performance como finalidade básica. O fomento à participação irrestrita e o entendimento do esporte e do lazer como manifestações culturais vivenciadas no tempo livre[1] é uma tendência cada vez mais concreta, em função da significativa presença de ambos nas práticas sociais. As atividades culturais na esfera do esporte e lazer podem ser potencialmente educativas e mobilizadoras, sob diferentes perspectivas, incluindo aí seu desenvolvimento no ambiente universitário.

Entretanto, é perceptível que no contexto da assistência estudantil, as urgências se situam no campo do fomento à permanência do estudante na instituição, principalmente via bolsas (auxílio alimentação, transporte, moradia, dentre outras) e atenção à saúde. A concretização de propostas de esporte e o lazer neste âmbito, embora também importante qualitativamente para a permanência do estudante e coadjuvante na atenção integral à saúde, é quase inexistente.

Cabe destacar que entidades estudantis como Associações Atléticas e Centros Acadêmicos, por exemplo, historicamente tem organizado atividades esportivas e de lazer. Entretanto, com raras exceções, se resumem a campeonatos esportivos, cuja participação é restrita àqueles que sabem jogar alguma modalidade esportiva tradicional e que podem gastar ao final do mês certa quantia para pagamento de mensalidades e manutenção das equipes. No que se refere a outras atividades de lazer, geralmente o que acontece são festas pagas, dentre outras atividades, excluindo parte dos estudantes, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Nesse sentido, tais ofertas podem contribuir para a elitização das práticas esportivas e de lazer no âmbito universitário.

Assim, é desejável uma reflexão crítica sobre o esporte e o lazer como política pública voltada para esta população. Um exemplo recente de propostas voltadas ao público universitário é o Programa Segundo Tempo Universitário, do Ministério do Esporte, que avança na idéia de promoção e democratização do esporte e do lazer como política pública e dever do Estado, assim como busca romper com discursos acríticos que os situam na esfera da salvação social via suas práticas[2].

Entretanto, o Programa, além de recente, não pode ser considerado como única possibilidade de oferta do esporte e lazer como direito social. É preciso que outras propostas sejam construídas na perspectiva de que os diversos interesses despertados pelo lazer, especialmente os esportivos, superem a lógica da mercadorização. Propostas estas fundamentadas em concepções críticas e na democratização das possibilidades de acesso à cultura corporal, esportiva e de lazer no âmbito universitário.

Estudo do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis – FONAPRACE (2011)[3], sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de universidades federais brasileiras indica que praticamente metade dos estudantes das universidades federais hoje pertence às classes populares. Destes, cerca de 70% pode ser considerado público alvo de programas de assistência e permanência estudantil. Dentre outros dados, a pesquisa do FONAPRACE também identificou que estes estudantes têm baixa participação social, artística cultural, política e físico-esportiva. Essa baixa participação pode ser considerada fruto não só das condições socioeconômicas dos mesmos, mas também o reflexo da baixa oferta dessas atividades no cotidiano das universidades.

A partir dessas considerações, espera-se contribuir para a reflexão sobre a viabilidade de políticas e programas de acesso e difusão de esporte e lazer no contexto do PNAES, respeitando ainda a premissa da Constituição brasileira, que aponta o esporte e o lazer como direitos fundamentais do cidadão.

Profa Dra Nara Rejane Cruz de Oliveira
Coordenadora de Cultura, Esporte e Lazer –
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

[1] MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas públicas de lazer.** Campinas: Autores Associados, 1996.

[2] MELO, V. A. de. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005.

[3] Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**. Brasília: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Nacionais de Ensino Superior (Andifes), 2011.

Produção de textos acadêmicos: um espaço para autoria na universidade – UFFS

Atividade de recreação de calouros – UFGD

Assistência, assistencialismo ou oportunismo Estudantil?

Fabrício Paz

Os fundamentos de uma Universidade progressista, inerente à atual história social, sistematizam e socializam o conhecimento e o saber, formando profissionais e cidadãos capazes de contribuir para o projeto de uma nova sociedade: justa e igualitária. A história das sociedades é a história da luta de classes. As Universidades Federais hoje, em suma, são a expressão da própria sociedade brasileira, abrigando também as contradições nela existentes. A busca da extinção das desigualdades socioeconômicas é objetivo do processo de democratização da universalização do saber e da própria sociedade. Esse processo não se pode efetivar, apenas, no acesso à educação superior gratuita. Torna-se imprescindível a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem suas vidas acadêmicas com sucesso.

A Política de Assistência Estudantil, reconhecida pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil[1], o Programa Nacional de Assistência Estudantil disposto no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 [profundamente debatido por diversas entidades – FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), UNE (União Nacional dos Estudantes) e pelo conjunto da comunidade acadêmica], a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Constituição Federal de 1988 e demais marcos legais, apresentam um conjunto de políticas e ações que visam a permanência com êxito do estudante na instituição, sua autonomia, independência e que busque, principalmente, o rompimento da desigualdade social, econômica e cultural no mundo acadêmico. A Política de Assistência Estudantil deve ser entendida como direito social capaz de romper com as tutelas assistencialistas e com concessões estatais, com vistas à inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e o bem estar biopsicossocial.

Estas políticas são bases de um processo de evolução do pensamento social no Brasil, em que direitos sociais estão alcançando patamares cada vez mais elevados e tornando, assim, menores as desigualdades sociais.

A pesquisa do perfil socioeconômico do estudante de graduação das IFES, feita pelo FONAPRACE[2] em 2011, apontou que 44% dos estudantes são das classes C, D e E, e 41% dos estudantes tem renda familiar de até 3 (três) salários mínimos, o que ratifica a responsabilidade de uma política de assistência em sua real função acadêmica, social e de convivência universitária.

Ou seja, boas partes dos estudantes das classes sociais menos abastadas estão, cada vez mais, necessitando de políticas públicas de permanência estudantil mais coesa e mais de Estado.

Isto é fundamental para que as IFES possam fazer uma gestão mais transparente, de Estado, em que o estudante seja visto como sujeito de direitos e não detentor de benefícios. Para esta argumentação proponho mudanças de alguns conceitos universalmente aceitos, como 'bolsa' para 'crédito' ou 'bônus', ou seja, o Estado por meio do instituto da assistência estudantil não concede 'bolsas' e sim cumpre seu dever ao CREDITAR o direito da alimentação do estudante, esta conceituação também serviria para qualquer tipo de bolsa. Estes elementos precisam ser amplamente e profundamente debatidos com todos os envolvidos no processo de assistência estudantil, como o movimento estudantil, fóruns de gestores e reitores universitários, governo e sociedade em geral.

Entre as peculiaridades, existem três que quero discorrer por aqui, a primeira já discorri no início do artigo, sobre o que é ASSISTÊNCIA estudantil como direito. A segunda é o assistencialismo estudantil, sobre isto cabe uma reflexão sobre o que se-

[1] FONAPRACE, Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007.

[2] FONAPRACE, III Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES, Brasília, 2011.

ria assistencialismo. Significaria uma ação pública ou privada que atende os interesses imediatos do indivíduo sem lhe oferecer condições críticas dos elementos atendidos.

O governo brasileiro, a partir de 2003, concebe uma nova maneira de enxergar e praticar as políticas de assistência social no Brasil, isto se inclui no processo de expansão e democratização do Ensino Superior no Brasil, pelos programas Universidade Aberta do Brasil, REUNI, PROUNI, NOVO ENEM, SISU entre outros programas, isto fez com que cada vez mais brasileiros das camadas populares ingressassem ao ensino superior.

Mas é necessário um amplo debate nacional e setorial sobre o que seria assistência estudantil como direito, até para que estudantes possam se apropriar do debate e deixem de fazer o debate do oportunismo barato, em que o estudante é uma vítima do Estado e não por ele atendido.

Isto pressupõe oportunizar ao estudante assistido pelas políticas de assistência um atendimento preparado, eficaz e integral às suas necessidades. "O novo Brasil na universidade" de novo não tem nada, é reflexo de mais de 500 anos de exclusão, marginalização e escravidão de classes oprimidas por suas condições sociais, culturais e raciais. Isto nos faz rever esta conceituação que até tem bom sentido, mas não abrange de maneira total o que deveria ser "O verdadeiro Brasil na universidade".

Os norteadores da assistência estudantil deverão estar preparados para amparar não apenas as diferenças sociais, mas equalizar problemas de cunho psicológico, que grosso modo é o que mais atrapalha o estudante em sua fase de formação, pois longe da família, dos amigos, tem facilidade do desenvolvimento de alguns tipos de distúrbios por encontrar-se em situação de grande vulnerabilidade sócio-econômica.

Os gestores universitários devem ter como princípio basilar de suas ações administrativas e políticas a assistência integral como direito fundamental do estudante e prioridade absoluta em sua elaboração orçamentária e execução, pois não sendo assim encontrarão várias dificuldades de sucesso nas políticas de acesso ao ensino superior. Como prioridade de gestão, a criação de estrutura máxima (imediato à reitoria) para atendimento desta demanda, tais como Pró-reitorias ou Decanatos. Estruturas estas que deverão contar, com um quadro mínimo de assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, gestores, e assistentes administrativos especializados em atendimento ao público. Esta seria uma básica estrutura para gerir programas de assistência no âmbito universitário.

Além disto, há a necessidade de que a Assistência Estudantil seja periodicamente avaliada, rediscutida, reconstruída em fóruns, seminários, conferências e congressos universitários, pois somente através do diálogo é possível fazer com que a mesma se torne uma Política de Estado e não mais de governo. Não existe uma nação plenamente desenvolvida, justa, igualitária, inovadora se a mesma não oportunizar aqueles que desigualmente foram constituídos. Para tanto, há hoje urgência na universidade brasileira de um amplo e profundo debate e reflexão da resignificação do papel da gestão pública na formulação e execução da assistência estudantil, em que as oportunidades sejam para todos.

Fabrício Paz
Estudante de Ciências Sociais, Bacharelado,
Universidade Federal do Mato Grosso, assistido
pelas Políticas de Assistência Estudantil

"A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis – PRACE – da Universidade Federal de Alfenas foi criada em abril de 2010. Antes mesmo de sua criação, sugeri ao Conselho Superior a sigla "PRACE". A idéia era estar sintonizado com a sigla do nosso Fórum. Como primeiro pró-reitor, o desafio inicial foi o de criar condições de trabalho, lutando por espaço e estrutura física e, sobretudo, por pessoal qualificado. No início, tínhamos somente um técnico e uma Assistente Social para implementação da pró-reitoria. Mas foi muito gratificante ver as coisas acontecendo de maneira inédita na Universidade. Desde 2010, já inauguramos os dois primeiros RU's da Universidade, promovemos assembléias, eventos e debates, e criamos vários programas de auxílio para os estudantes. Hoje, já temos uma equipe qualificada com nutricionista e pessoal técnico, e estamos aguardando a contratação de psicólogos e outros servidores. Por fim, acho fundamental lutarmos pela implementação de novas pró-reitorias. Penso que essa é uma luta importante, no sentido de ocupação de espaço e de valorização de nossas ações junto às reitorias."

Prof. Dr. Marcos Roberto de Faria
Pró-Reitor de Assuntos Comunitários e Estudantis – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

"No organograma da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nós temos hoje a PROEX (Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis), mas, a administração superior tem dado à DIRES (Diretoria de Assuntos Estudantis) o status de pró-reitoria, propiciando-lhe a autonomia para gestar ações atinentes às políticas estudantis nos âmbitos local, regional e nacional. Diante disto, o diretor vem atuando com toda a sua equipe, composta de três divisões (DIASE, DIESU e DIVRU), no sentido de capacitar seus técnicos para atender, cada vez melhor, os estudantes de nossa universidade em consonância com as políticas nacionais, viabilizadas por recursos financeiros do PNAES. Com a atuação efetiva do FONAPRACE, houve o fortalecimento nas discussões regionais e nacionais para debater toda a problemática da Assistência Estudantil de caráter macro e, se não houver um recrudescimento, poderemos implementar ações, buscando uma amplitude maior no acolhimento destes jovens para que tenham uma formação cidadã e acadêmica de qualidade."

Professor Edsonei Pereira Parreira
Diretor de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis /PROEX – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

"A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) nasceu pela reivindicação da comunidade da "metade sul" do Rio Grande do Sul, em um contexto de expansão da Educação Superior e de valorização da assistência estudantil. A UNIPAMPA iniciou suas atividades em 2006, sendo destinada a não apenas ampliar a oferta de ensino superior gratuito e de qualidade, como também contribuir para o desenvolvimento da região, e promover a integração na fronteira entre o Brasil, o Uruguai e a Argentina. A UNIPAMPA se depara com muitos desafios por ser uma instituição nova, multicampi, interiorizada, e por ter adotado plenamente o ENEM/SISU, mas, encontrou no FONAPRACE um espaço acolhedor, onde são realizadas enriquecedoras trocas de experiências e importantes discussões e encaminhamentos, em prol do direito do aluno em encontrar os meios necessários para sua permanência e formação plena."

Profª Drª Simone Barros de Oliveira
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e Comunitários – PRAEC – Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

"É por meio da Assistência Estudantil que filhos de lavadeiras, empregados domésticos, pedreiros, entre tantas outras profissões desvalorizadas pelo mercado, conseguem concluir a tão sonhada formação universitária, iniciando aí o rompimento do ciclo de pobreza. E a história da assistência estudantil se

confunde com a história do FONAPRACE que, com muita propriedade, vem dando centralidade ao debate sobre a importância estratégica dessa política, sendo um dos resultados dessa luta a instituição do PNAES. É certo que muito ainda há por conquistar, como a ampliação dos quadros técnicos especializados (assistentes sociais, psicólogos, pedagogos etc), todavia, sabemos que, se depender da luta persistente do FONAPRACE, muitas conquistas serão alcançadas. Parabéns FONAPRACE pelos seus 25 anos de lutas e conquistas!"

Isabel Angelim
Assistente Social, Pró-Reitora de Assistência Estudantil – Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)

"A Assistência Estudantil é obra de várias mãos, constantes e dedicadas, que traduzem em serviço a garantia de direitos dos discentes de nossas IFES. O que tenho percebido de mais rico é o processo, a caminhada coletiva de profissionais que não medem esforços para que, numa autêntica e dinâmica "Ciranda", políticas sejam experienciadas, propostas e amadurecidas em comum. Parabéns a todos e todas que, nesses 25 anos, escreveram seus nomes na vida de jovens (e adultos!) universitários brasileiros – alguns deles também hoje se dedicando à Assistência Estudantil!"

Washington Abadio da Silva
Técnico em Assuntos Educacionais – Supervisor do Núcleo de Assistência Estudantil (NAE) – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)

"A assistência estudantil, juntamente com as políticas afirmativas de acesso às universidades públicas, significa o início da democratização do ensino superior brasileiro. Ao não se restringir ao estabelecimento das condições materiais para a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, garante, através de seus vários programas, hoje, implantados nas universidades brasileiras, igualdade de condições para esses alunos para o seu desenvolvimento acadêmico e diplomação com dignidade e respeito."

Profª Drª Ceres Moraes
Coordenadora Especial de Ações Comunitárias e Assuntos Estudantis/COAE – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

"O PNAES proporcionou a oferta de diversos programas de assistência estudantil na Universidade Federal do Tocantins – UFT. Hoje, os nossos estudantes têm a oportunidade de receber uma bolsa para ajudar na moradia, no transporte e na alimentação durante o tempo que permanecem na Universidade, seja em aula, seja em atividades de pesquisa, extensão e cultura. Os nossos estudantes têm tido a oportunidade de participar de congressos, seminários e diversos eventos para o fortalecimento da formação que têm recebido na Universidade. Com isso, temos nitidamente notado que esses estudantes estão frequentando as salas de aula e, assim, temos registrado uma menor evasão nos nossos cursos de graduação."

Prof. Dr. George Lauro Ribeiro de Brito
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários
Universidade Federal do Tocantins (UFT)

"Atuamos na Política de Educação Superior em interface com a Política de Assistência Estudantil. Neste sentido, é fundamental o nosso compromisso com a cidadania na dimensão dos direitos humanos e sociais. A articulação entre assistência social, psicológica e pedagógica fortalece o resgate da dignidade humana e oferece condições de igualdade, prioritariamente, aos estudantes de baixa condição socioeconômica, garantindo o acesso, permanência e conclusão de curso na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção de conheci-

Programa Incluir – Oficinas de capacitação – UNIPAMPA

Laboratório de Acessibilidade – UFRN

mento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Portanto, buscamos estabelecer um diálogo eficaz entre nós educadores e educandos no processo de ensino-aprendizagem, e concebemos a Assistência Estudantil como uma das políticas essenciais no contexto da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão."

Obs: Depoimento coletivo enquanto exercício realizado no grupo de estudo sobre o trabalho em equipe interdisciplinar em 01/08/2012.
Membros da equipe da Divisão de Assistência ao Estudante (DIASE) – Diretoria de Assuntos Estudantis (DIRES) – Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis (PROEX) – Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Antônio Neto Ferreira dos Santos – Pedagogo
Daniela Aparecida de Sousa Moreira Ramos – Psicóloga
Ilma Soares de Araujo – Recepcionista
Maria de Fátima Oliveira – Assistente Social
Marilza Helena Betanho – Assistente Social
Michele Aparecida Xavier Falco – Psicóloga
Polyana Alvarenga Matumoto – Psicóloga
Suhellen Souza Martins – Assistente Administrativo
Tânia Maria da Cunha Gomes – Assistente Social

"A minha participação no FONAPRACE possibilitou muitas experiências positivas e um grande aprendizado. Orgulho-me muito de ter participado de um momento tão rico de produção que resultou em garantia de recursos próprios para a Assistência Estudantil nas IFES brasileiras."

Fernanda Santos Pinheiro
Técnica em Assuntos Educacionais – Pró-Reitoria de Extensão – Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Foi membro do FONAPRACE 2001 a 2007,
Vice Coordenadora da Regional Nordeste (2002-2004)
e Coordenadora da Regional Nordeste (2004-2006)

"Com menos de dois anos de funcionamento, podemos dizer que conseguimos atingir um padrão de qualidade que agrada aos alunos e demais usuários. Após um ano de experiências desgastantes e várias assembléias com os alunos, promovidas pela PRACE, chegamos a um padrão de cardápio balanceado escolhido por eles e a um preço razoável. Nossos RU's são administrados por uma empresa do ramo de alimentação coletiva. No entanto, a terceirização do serviço não comprometeu a qualidade do mesmo. Temos duas comissões de fiscalização bem atuantes e devidamente orientadas pela nutricionista, que fiscaliza diariamente a execução do contrato e aprova os cardápios executados. Contamos também com um Sistema Informatizado no RU que registra a refeição de cada aluno pelo número de matrícula, nome ou CPF. De posse dessas informações, conseguimos conhecer todos os usuários do RU e rastrear os alunos que são assistidos com auxílio-alimentação quando eles deixam de fazer suas refeições. Fazemos uma busca ativa individual mensal para solucionar algum eventual problema que o aluno esteja enfrentando que o impeça de fazer suas refeições."

Fernanda Laurides Ribeiro de Oliveira Lomeu
Nutricionista – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL)

"A conceituação de Política Pública, Assistência Social e até mesmo a trajetória da Assistência Estudantil, com suas fundamentações sócio-históricas, através do recorte histórico entre a Constituição Federal de 1988, as implicações dos anos de 1990 e o Decreto que dispõe sobre o PNAES no ano de 2010, configura a Assistência Estudantil, que deve ser considerada como uma perspectiva de viabilização da democracia e uma forma de superação da desigualdade social no Brasil. A atual conjuntura determina a expansão das Universidades Federais, e com isso, espera-se que o acesso e a permanência no ensino superior sejam assegurados também pelo Estado, a fim de contribuir para minimizar graves divisões sociais, para que seja dada oportunidade às pessoas que historicamente não tinham acesso às universidades públicas federais. É nessa perspectiva, que a Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL/MG fundamenta, direciona e realiza suas ações."

Aline Souza Araújo
Assistente Social - Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) – Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

“Em fevereiro de 2010, fui nomeada para trabalhar na Universidade Federal do Pampa – Unipampa, como Assistente Social do campus Bagé, tendo como competência trabalhar junto à política de Assistência Estudantil. Desde então, sinto-me desafiada a estudar, executar e planejar esta política social de direito no âmbito da Educação Superior, buscando estar atualizada em relação às leis, bibliografias, pesquisas realizadas, eventos do FONAPRACE etc. No mesmo ano, iniciei meu Mestrado em Políticas Sociais e escolhi como tema da minha dissertação a Política de Assistência Estudantil das Universidades Federais Brasileiras, com a certeza da importância desta política para a garantia do direito à educação.”

Míriam Moreira da Silveira
Assistente Social –
Universidade Federal do Pampa (Unipampa)

“Fui usuária do RU-UFPB por 4 anos devido a necessidades econômicas e, sem isso, teria sido difícil concluir o Curso de Nutrição. Hoje, sou Nutricionista concursada em 2011 do Campus IV / UFPB, e fico feliz em contribuir para a formação de estudantes carentes que fazem parte do Programa de Assistência Estudantil, por meio da otimização dos serviços oferecidos no RU, com refeições variadas, nutricionalmente equilibradas e seguras do ponto de vista higiênico e sanitário.”

Daniela Karla Medeiros Vasconcelos
Egressa do curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Nutricionista na UFPB

“No ano de 2005, usufrui por um ano dos serviços prestados pelo Restaurante Universitário e hoje constato a evolução do serviço, tanto na qualidade da alimentação oferecida quanto na estrutura do mesmo. Como aluna e, hoje, Nutricionista concursada do Campus I / UFPB, sou muito grata ao Restaurante e feliz em poder contribuir com os serviços prestados pelo mesmo.”

Ilsy Gisleany dos Santos Medeiros
Egressa do curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Nutricionista na UFPB

“Fui estudante Universitária do curso de Nutrição da UFPB, de 2005 a 2009. Sou oriunda do interior da Paraíba, de família simples, fui usuária do RU desde o início do meu curso. Hoje, sou nutricionista concursada desta Instituição, lotada na PRAPE/ RU. Pude acompanhar, de forma intensa, todo o desenvolvimento desta instituição e posso afirmar que as transformações ocorridas nos últimos anos, e em especial no RU, são veementes. Temos muitos obstáculos a superar, mas já podemos nos orgulhar, pois a obstinação e o trabalho em equipe são ferramentas necessárias para o sucesso do nosso Restaurante e de toda a comunidade científica”.

Jacieny Janne Leite Gomes
Egressa do curso de Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Nutricionista na UFPB.

“A bolsa de complementação educacional é um programa de assistência estudantil modelo; sem dúvida, o mais importante que existe na Instituição. É uma bolsa vinculada ao desenvolvimento de um trabalho acadêmico e de melhoria do desempenho escolar. Esta bolsa atua e, normalmente, resolve uma questão essencial – mantém o aluno que passa por dificuldades socioeconômicas dentro da Instituição e lhe proporciona as condições básicas para a continuidade de seus estudos.

Os cursos técnicos e de graduação podem mudar a história de famílias pelas oportunidades que abrem quando um de seus membros se forma. Entretanto, as famílias de baixa renda ou que passam por problemas financeiros nem sempre conseguem manter seus filhos estudando. O bolsista BCE é diferenciado: desenvolve projetos que, antes de qualquer coisa, elevam sua autoestima, promovem sua superação, nivelam as possibilidades de êxito nos estudos, descortinam um futuro melhor!"

Prof. Joel Lima
Doutor em Engenharia Mecânica, há 21 anos é professor do Laboratório de Fundição do CEFET-MG e participa como supervisor de projetos e orientador de bolsistas - BCE desde o início do Programa.

"Tenho percebido que os programas de Assistência Estudantil vêm permitindo àqueles estudantes que se encontram em situação socioeconômica vulnerável, a possibilidade de não apenas se manterem na Universidade, mas de concluírem sua graduação em melhores condições de igualdade com os demais alunos, de forma mais participativa incluídos no processo e na comunidade. Os programas de Assistência Estudantil, hoje, essenciais à uma justiça social, democratizam o ensino superior e levam o conhecimento a muitos alunos que, à mercê da própria sorte, não teriam a oportunidade de realizar o sonho de "se formar na faculdade".

Edvaldo Pegorari
Contador – Coordenadoria Especial de Ações Comunitárias e Assuntos Estudantis/COAE – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)

"Neste mês de setembro, completo 28 anos de UFPel, a maior parte deste tempo dediquei ao trabalho na assistência estudantil, especialmente com relação à saúde mental dos estudantes. Foram anos de trabalho intenso e muito interessante. Estudei com diferentes grupos de colegas, muitos e diferentes modelos da Psicologia Institucional até a Psicoterapia Breve. Esta busca tinha e tem a finalidade de compreender e atender os problemas suscitados pela integração dos estudantes à Universidade, à cidade e ao seu próprio desenvolvimento. Neste período, entendi a necessidade de uma assistência estudantil abrangente e integrada desde a alimentação e moradia até à atenção, à saúde mental e às dificuldades de aprendizagem. Aprendi e continuo aprendendo muito com meus colegas e com os estudantes. Sempre que penso neste período, desejo ter contribuído para os estudantes e para a UFPel tanto quanto sinto que contribuíram para o meu desenvolvimento pessoal e profissional. Sou muito grato pela oportunidade de ter dedicado parte de minha vida profissional à Assistência Estudantil."

Ricardo Azevedo da Silva
Doutor em Psicologia Clínica – Técnico Administrativo na Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

"A assistência estudantil, em nossa concepção, é uma modalidade da assistência social que adquire status de direito em 1988, quando passa a integrar o tripé da Seguridade Social. Apreender a assistência estudantil como um direito dos estudantes é o primeiro passo para que esta se articule e contribua para a efetivação de direitos sociais que deveriam, *a priori*, ser garantidos pelo Estado. Deste modo, no âmbito da Universidade Pública, ao mesmo tempo em que se busca efetivar o direito à uma educação gratuita e de qualidade, não se pode desconsiderar as situações emergenciais vivenciadas pelos estudantes, situações estas que muitas vezes estão para além de sala de aula. Acreditamos que cabe a nós, *operários da educação superior*, trabalhar dioturnamente para que a assistência estudantil seja compreendida, não como um favor, mas, sim, como um direito permanente, que deve ter investimento contínuo

e que tem como objetivo primordial transformar a sociedade através da construção de saberes pautados na democracia, na ética e na equidade de oportunidades."

Claudia Macedo
Assistente Social – Coordenadora de Apoio Social – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) – Universidade Federal Fluminense (UFF)
Cristiane Lourenço
Assistente Social – Diretora de Programas Sociais – Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES) – Universidade Federal Fluminense (UFF)

"Assistência Estudantil é de grande importância para a formação acadêmica do aluno, esta tem a capacidade de ajudar e estimular o estudante no decorrer dos seus estudos. Nos meus 2 anos de UFPB, ela é fundamental para minha permanência, pois sou do interior da Paraíba, e não tenho condições de pagar moradia e alimentação para prosseguir os meus estudos. Tanto a Residência Universitária como RU permitem a minha permanência na universidade, oferecendo moradia com ambientes para estudo com disponibilidade de Internet e conforto. O RU disponibiliza todas as refeições diariamente, com boa qualidade. Considero que a UFPB disponibiliza uma boa assistência estudantil para os seus estudantes."

Franciely Fernandes
Estudante do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

"Sou estudante de Estatística da UFPB e moro na residência universitária. Sou natural de São José de Lagoa Tapada a 583 Km de João Pessoa, filho de agricultor que recebe Bolsa Família no valor de R$ 70,00. Graças à Assistência ao Estudante proporcionada pela UFPB, que permaneço estudando. A todo tempo, vejo melhorias tanto na residência, com ampliação e reforma, como no empenho da administração do RU para melhorar nossa alimentação. A universidade está de parabéns pela sua assistência oferecida aos estudantes, principalmente aos de baixa renda."

Zezito Marcelino da Silva
Estudante do curso de Estatística da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

"A Assistência Estudantil junto à residência Universitária têm um valor muito importante, principalmente para nós alunos que moramos fora de João Pessoa, que temos de nos deslocar da nossa cidade deixando para trás nossa família em busca de um futuro melhor. Chegando aqui em João Pessoa, nos deparamos com um mundo novo e sem condições financeiras de nos mantermos. A residência é de grande importância para a nossa permanência, oferecendo alimentação, conforto e internet em todos os quartos. Sou grato à UFPB pelo o seu serviço de assistência estudantil oferecido aos estudantes."

Maria Vânia Leite
Estudante do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

"A assistência estudantil proporciona ao aluno condições para um melhor desenvolvimento acadêmico. Ela auxilia o aluno que possui baixa condição socioeconômica com bolsas, assistência psicológica, entre outros. A assistência estudantil é algo essencial em minha vida acadêmica; é como um aliado que tenho ao meu lado para me ajudar nesse percurso acadêmico."

Marília Zampieri da Silva
Estudante do curso de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

"A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) está articulada ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de forma a materializar respostas às demandas dos universitários, fortalecendo o acesso e a permanência no Ensino Superior. A equipe que trabalha com a assistência estudantil, na UNIPAMPA, tem profissionais comprometidos, com uma intervenção crítica e propositiva frente ao cotidiano dos universitários

em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Fico muito feliz e satisfeita ao verificar que assim como em discussões do FONAPRACE, os gestores compreendam a importância de problematizar no meio universitário a política de saúde, a cultura e os esportes, sendo esta uma meta da PRAEC UNIPAMPA."

Emilene Oliveira de Bairro
Estudante do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus São Borja/RS

"Os projetos de assistência estudantil são de total importância para a formação acadêmica do universitário. Além de ser enriquecedor trabalhar e estudar temas que, muitas vezes, não temos contato no conteúdo específico do curso, contamos com uma bolsa de apoio para o desenvolvimento desses projetos. Faço parte do projeto de Formação de Agentes Ambientais, que é parte do Programa de Incentivo à Formação de Cidadania, da Universidade Federal de Uberlândia. Este projeto tem caráter multidisciplinar, em que os estudantes de diversos cursos podem apresentar propostas, entre outros, para a agenda ambiental da Universidade. Assim como as bolsas de apoio à permanência do estudante na universidade, as bolsas dos projetos nos proporcionam segurança, tranquilidade e mais foco na hora dos estudos."

Rafaela Borsato Belo
Estudante do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

"Sou beneficiada pelo PNAES, por meio do Programa "Bolsa Trabalho", como bolsista. Utilizo o Restaurante Universitário, o serviço de Transporte coletivo no uso da meia passagem e a biblioteca, que ajudam a me manter na Universidade e a concluir meu curso."

Jnenne Duarte
Estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

"Sou beneficiada pelo PNAES no Programa Bolsa Trabalho como bolsista, e usuária do Restaurante Universitário, que facilitou minha vida acadêmica."

Adriana Marinho da Rocha
Estudante do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM

"A bolsa de complementação educacional possibilitou, primeiramente, minha permanência no CEFET – MG e, consequentemente, a conclusão do curso técnico; também abriu uma série de outras oportunidades para mim. Dentre os vários benefícios de ser bolsista, destaco alguns que foram realmente marcantes durante todo esse tempo. O primeiro e talvez mais importante de todos tenha sido o valor que passamos a dar à instituição pelo apoio que esta nos oferece. Esse apoio gera comprometimento e dedicação às atividades. Outro ponto muito positivo é poder se aprofundar em algum tema específico do curso, por meio dos projetos apresentados e outras atividades que o curso regular não proporciona. O contato com outros bolsistas também promove interação e troca de experiências de vida, que por sua vez, serve para nos mostrar uma realidade diferente da nossa e nos leva a refletir. Por último, ter um orientador me possibilitou adquirir grande conhecimento sobre a minha área de atuação, sobre aspectos do caráter que um profissional deve ter, além da postura no ambiente de trabalho. Esse aprendizado, que foge da sala de aula e da relação simplesmente "professor-aluno", é sem dúvida um dos grandes ganhos desta bolsa. Levarei essas experiências por toda minha vida."

Luiz Fernando Alves Botelho
Tem 19 anos. Trabalha na STOLA do Brasil em Belo Horizonte-MG (Grupo Italiano do setor de autopeças), onde desempenha as atividades de técnico de laboratório com a responsabilidade de controle do processo de fabricação e qualidade dos produtos.
Concluiu o Curso Técnico em Mecânica no CEFET-MG em dezembro de 2011, e foi bolsista do Programa de Bolsa de Complementação Educacional entre os anos de 2008 e 2010

“Vejo a assistência estudantil como um divisor de águas, tanto para minha experiência particular como para muitos outros, que experimentaram o apoio que as universidades públicas do nosso país prestam para muitos estudantes de vários municípios e estados brasileiros, e até de outros países. Claro que o perfil ideal de assistência aos estudantes pode e deve ser melhorado a cada dia que passa, porém, dentro de um contexto atual em que o Brasil se encontra, é necessário que esta luta por melhorias jamais seja esquecida por aqueles que estão na linha de frente desse projeto. Para mim, por exemplo, a oportunidade de vivenciar a casa de estudante (com suas particularidades) foi decisiva para a realização de um sonho, sonhado por mim e por minha família, que acreditou que sozinha e longe de casa eu poderia me tornar o que sou hoje, não só uma profissional, mas também, uma pessoa que transpôs obstáculos e aprendeu a se reconhecer como cidadã merecedora de apoio e oportunidades que a educação do nosso país tem a oferecer para todos.”

Célia Maria Ferreira dos Santos Silva
Egressa do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), ex-moradora do Lar Universitário Rosa Amélia Gomes Borgéa (LURAGB) em São Luís – MA.
Hoje, Assistente Social

Lista de siglas

Instituições Federais de Ensino Superior

CEFET-RJ – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
UFABC – Universidade Federal do ABC
UFAC – Universidade Federal do Acre
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFC – Universidade Federal do Ceará
UFCG – Universidade Federal de Campina Grande Nordeste
UFCSPA – Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-árido
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul
UFG – Universidade Federal de Goiás
UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFLA – Universidade Federal de Lavras
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPel – Universidade Federal de Pelotas
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande no Norte
UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRR – Universidade Federal de Roraima
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS – Universidade Federal de Sergipe
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UFT – Universidade Federal do Tocantins
UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFTPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFV – Universidade Federal de Viçosa
UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UnB – Universidade de Brasília
UNIFAL – Universidade Federal de Alfenas
UNIFAP – Universidade Federal do Amapá
UNIFEI – Universidade Federal de Itajubá
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
UNIR – Universidade Federal de Rondônia
UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco